

Diálogos e Tensionamentos na Luta Antirracista e Luta de Classes

Sandra Regina Vaz da Silva¹

Resumo

O artigo pretende discorrer sobre a questão racial a partir de Marx e da tradição marxista, buscando destacar a incorporação da pauta racial nas lutas sociais travadas pela esquerda, as polêmicas e os tensionamentos que giraram em torno da relação entre raça e classe. Considera que apesar do atraso no diálogo mais incisivo entre raça e classe no Brasil, as rupturas da militância negra e da própria relação entre o movimento negro e a esquerda, faz-se necessário localizar as circunstâncias em que foram desencadeadas na história e os avanços em torno dessa relação, afinal, é inegável a influência de Marx e do marxismo nas lutas travadas durante todo o século XX, bem como a sua atualidade. No entanto, é preciso identificar os equívocos e polêmicas para não repeti-los.

Palavras – Chaves: Luta antirracista; Luta de classes; Pós – Modernidade.

Abstract

The article intends to discuss the racial question from Marx and the Marxist tradition, seeking to highlight the incorporation of the racial pattern into the social struggles waged by the left, the controversies and tensions that revolved around the relation between race and class. Considers that, despite the delay in the most incisive dialogue between race and class in Brazil, the ruptures of black militancy and the very relationship between the black movement and the left, it is necessary to locate the circumstances in which they were unleashed in history and the advances in The influence of Marx and Marxism on the struggles of the twentieth century, as well as its relevance, is undeniable. However, it is necessary to identify the misunderstandings and controversies not to repeat them.

keywords: Anti-racist struggle; Class struggle; Postmodernity.

1.Introdução

O artigo tem como objetivo discorrer sobre a questão racial à partir de Marx e da tradição marxista, buscando destacar a incorporação da pauta racial nas lutas sociais travadas pela esquerda, as polêmicas e os tensionamentos que giraram em torno dessa temática.

Tais reflexões partem de estudo e pesquisa no doutoramento, assim como é fruto de discussões realizadas em um grupo de estudos e pesquisa sobre a questão racial e o Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense.

¹ Universidade Federal Fluminense.

Atualmente, o grupo de estudos vêm contando com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação, assistentes sociais e demais interessados na temática. Em andamento desde o ano de 2016, com o projeto de pesquisa intitulado “A questão racial, a tradição marxista e o Serviço Social brasileiro”, o grupo vêm realizando análises sobre a questão racial na formação social brasileira, a dinâmica da luta antirracista na história do movimento negro, nas organizações político – partidárias de esquerda e no Serviço Social brasileiro em seu período de renovação (especialmente anos 80), buscando compreender o diálogo entre raça e classe, os tensionamentos, polêmicas e avanços em torno dessa relação.

Assim, o artigo ora apresentado, compreende uma síntese dos estudos referente a primeira fase da pesquisa, que embora esteja em curso, buscou por meio do levantamento bibliográfico e documental, identificar o debate racial em Marx e na tradição marxista, além de sua incorporação nas lutas sociais travadas pela esquerda.

Consideramos que o desvelo da luta antirracista na esquerda brasileira é de fundamental importância para o reconhecimento da temática, seu significado, erros e acertos. Pois, é preciso considerar que a luta antirracista comumente convive com sua redução, enquanto luta meramente identitária e pós-moderna. Ao mesmo tempo, existe uma negação da tradição marxista à luta antirracista em determinados setores do movimento negro, com a afirmação de haver historicamente um processo de “negligência” e secundarização desta pauta por parte da esquerda -e do marxismo-, e o não reconhecimento da importância desta luta no conjunto da classe trabalhadora. Vale ressaltar também, a falta de conhecimento (ou reconhecimento) de parte da esquerda sobre a tradição marxista e a luta antirracista. Desse modo, a relevância da temática está em desvelar essa história e também identificar a sua atualidade.

Visando elucidar a complexidade de fatores que contribuem para tais indagações, partiremos de alguns questionamentos sobre a polêmica entre raça e classe, pois temos como pressuposto que o diálogo e os tensionamentos em torno dessa relação, esteja permeado, sobretudo, pelas diferentes interpretações da tradição marxista que implicaram em diferentes orientações teórico-políticas, e, conseqüentemente, nas lutas sociais do século XX e XXI.

As seguintes indagações fundamentam este estudo: a centralidade da luta de classes consegue estabelecer enfrentamento às opressões, dentre elas, a racial? A luta antirracista fragmenta a luta de classes? O que é prioridade, raça ou classe? Por quê o diálogo entre raça e classe se faz necessário?

Além das polêmicas e tensionamentos em torno da temática ter desencadeado em um atraso no diálogo mais vívido entre raça e classe, houveram também inestimáveis rupturas na relação entre o movimento negro e a esquerda. Por isso, propomos localizar as circunstâncias em que se deram na história e também apontar os avanços em torno dessa relação, afinal, é inegável a influência de Marx e do marxismo nas lutas travadas durante todo o século XX, bem como a sua atualidade.

Assim, abordaremos brevemente as contribuições de Marx para uma reflexão sobre a questão racial, a Revolução Russa e o reconhecimento da questão negra, além dos principais tensionamentos ocasionados à partir da morte de Lênin. Por fim, uma breve reflexão sobre a questão racial no Brasil e a luta antirracista.

2. Marx, a Tradição Marxista e a Questão Racial

A atualidade de Marx em torno da análise da sociedade, seus apontamentos sobre as determinações econômico-sociais e políticas diante das relações de produção e reprodução da vida social, e, a práxis revolucionária como possibilidade emancipatória, deixaram legados significativos às lutas sociais.

Sobre a questão racial, podemos identificar em alguns escritos, aproximações à temática. Mas, é também à partir de uma concepção marxista, que podemos compreender a centralidade do racismo, sobretudo científico, no processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo, como também da própria manutenção de uma relação centrada na desigualdade racial, ainda nos dias de hoje. Portanto, quando pensamos na exploração da classe trabalhadora, essa deve estar articulada às relações de opressões implícitas. É importante questionarmos que classe é essa e é constituída por estratos oprimidos, que ocupam uma escala ainda mais degradante no que se refere ao trabalho, as condições de vida e relações sociais.

Embora críticas à Marx apontem a ausência do debate racial e posições eurocêtricas, no capítulo 24 d'*O Capital*, há contribuições para a temática em sua época. Ao discorrer sobre a gênese do capitalismo industrial, Marx apontava os meios fundamentais que impulsionaram a acumulação primitiva do capital:

A descoberta de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albos da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores

fundamentais da acumulação primitiva. [...] os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial (MARX, 2011, p. 864).

Mattos (2018), analisando precisamente as posições de Marx com relação à questão de gênero e raça no período, identifica algumas de suas contribuições sobre essa última, quando destaca a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) e a relação centro-periferia, o mercado mundial capitalista que se expandia e colocava a importância dos movimentos “periféricos” na luta pela “revolução proletária; a relação entre escravidão e capitalismo, o racismo e a “agência” de outras classes exploradas que não o proletariado” (MATTOS, 2018, pg.359).

A respeito das polêmicas em torno da colonização da Índia pela Inglaterra, Mattos (2018 apud Marx, 1853) assinala:

Todas as críticas ao alegado eurocentrismo de Marx citam sempre dois artigos por ele escritos a respeito da colonização da Índia pelos ingleses, publicados no *New York Daily Tribune* em junho e agosto de 1853. No primeiro deles, Marx situa a Índia em comparações com a Itália e a Irlanda, uma vez que o território agora colonizado pelos britânicos havia sido invadido e dominado por diferentes povos no passado e esta era uma das razões de carecer de um Estado Nacional centralizado e forte. Sua organização política era caracterizada pela autonomia das vilas e a estrutura econômica definida por uma agricultura dependente das obras públicas para irrigação e por um artesanato altamente especializado, especialmente no ramo da tecelagem. O domínio britânico, ao desprezar as obras públicas e apostar na “livre concorrência” para o desenvolvimento agrícola e ao destruir as bases da produção artesanal local, via comércio dos tecidos industrializados ingleses, teria significado a mais devastadora ocupação colonial da milenar história daquela região. Nas palavras de Marx: Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada.

Há também escritos de Marx em 1850 sobre a China, e posteriormente sobre a Irlanda, chamando atenção para as lutas anticoloniais. Essas teriam um caráter preponderante para as crises capitalistas que se originavam em nível internacional e, portanto, compreendia que a Internacional deveria assumir a luta pela libertação nacional.

Sobre a escravização de negros africanos, Mattos (2018), referenciando Marx, cita a situação dos Estados Unidos em “O Capital”, destacando o abolicionismo como

possibilidade de um avanço incisivo da luta da classe trabalhadora, uma vez que “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (apud Mattos, 2018, pg.361).

O racismo científico concatenado a sociedade moderna, serviu para justificar a dominação dos povos e apropriação das suas riquezas territoriais, de forma a expandir interesses políticos e econômicos de uma cultura necessariamente eurocêntrica mundo afora.

Partindo de tais referências, podemos considerar que Marx estabeleceu aproximações sobre a questão racial, com destaque para a classe operária e sua articulação a uma luta internacionalista e anticolonial, ao passo do pensamento europeu hegemônico, que buscou validar seus atos através das teorias racializadas, consideradas como “científicas”, para expansão, hegemonia e acumulação de riquezas visando a consolidação do modo de produção capitalista.

No manifesto comunista, Marx (2010) aponta um conjunto de princípios e estratégias que possibilitam pensar a luta revolucionária e seu caráter internacionalista. Partindo de três importantes pontos: acumulação, ideologia e luta de classes, e ao compreender a necessidade de supressão da sociedade burguesa através do potencial revolucionário e emancipatório presente no proletariado, Marx também destaca a importância da luta internacionalista. Ele via na luta de classes, a possibilidade de supressão da sociedade burguesa e supressão da cultura burguesa, ou seja, a supressão da família burguesa, do casamento e todos os valores e costumes criados pela burguesia. Além disso, a supressão da pátria e da nação, tendo em vista as relações de exploração e opressão entre elas, a exemplo da colonização das Américas e de África, além da formação da hegemonia imperialista de dominação dos EUA.

Portanto, faz sentido apreendermos que a luta contra o racismo deve estar articulada à luta de classes e ter caráter internacionalista, pois, se o racismo é intrínseco ao viés econômico, político e ideológico da sociedade burguesa, somente a supressão dessa sociedade pode eliminar a base de exploração e opressão racial. Mas, se o racismo está emaranhado na cultura burguesa, no pensamento e nas ações dos sujeitos e instituições, romper com ele exige explicitá-lo e combatê-lo também na sociedade burguesa, pois, sabemos que as suas consequências são agravadas ainda mais em contexto de crises do capital, além de perpetuadas constantemente.

Situações de racismo e discriminação racial se manifestam através da desigualdade racial, da inferiorização e hostilização dos sujeitos, do genocídio negro (dos

corpos, cultura e história), e assim por diante, como é o caso do Brasil em que o reconhecimento da identidade racial, da história e das possibilidades de resistência, representa uma importante luta contra o apagamento instituído cultural, política e legalmente na história da população negra, assim como caminha na contramão da lógica instituída nacionalmente, que invisibiliza o racismo através do discurso nacionalista e da ideia de democracia racial.

Por isso, fica-nos a grande questão em torno da existência do racismo em uma sociedade socialista. Haveria de fato a sua eliminação em uma sociedade emancipada, considerando que esse é estrutural e estruturante da sociedade capitalista e se reproduz nas relações sociais e institucionais? Como os bolcheviques e seus dissidentes socialistas lidaram com a questão?

Antes de tudo, é preciso considerar que uma tradição teórico – crítica foi sendo erguida em fins do século XIX e início do século XX, ao passo de uma tradição teórico-socialista e comunista, com análises fecundas, originais, inovadoras e algumas vezes distante das ideias de Marx. Em resumo, foi possível consolidar “um campo reflexivo voltado para as questões prático – políticas dos mesmos processos (revolucionários), tornando a teoria uma força material, uma força prática posta em ação pelos homens” (BRAZ, 2011, p.32).

A interpretação marxista foi ampliada a tal ponto, que se tornou passível de mudanças, e, mesmo que derivadas do pensamento de Marx, constituem diferenças e afinidades entre seus expoentes. Somente um balanço crítico possibilita identificar os diferentes marxismos, sobretudo nas últimas décadas do século XX e sua influência na realidade brasileira. Hobsbawn (2013) ao fazer tal balanço, considera que poucos pensadores tiveram suas ideias resistentes à sua época, como Marx. O principal motivo foi a adesão de vários adeptos ao seu pensamento, que transformaram em doutrina e/ou inspiração para a organização do movimento operário e socialista.

A questão racial à luz da tradição marxista deixou significativas contribuições e legados à luta da população negra na diáspora, apesar das polêmicas, tensões e equívocos em torno deste debate. A experiência da Revolução Russa influenciou, sobretudo, o movimento negro nos Estados Unidos, América Latina e África, na medida em que avançou em uma luta contra as potências capitalistas do período, com reivindicações de caráter socialista, anticapitalista e de libertação nacional.

Mesmo com diferentes tendências na interpretação marxista, podemos destacar que o movimento de libertação nacional nos países africanos esteve influenciado pela

tradição marxista, assim como as lutas protagonizadas por mulheres negras estadunidense, que desencadeou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, com destaque para lideranças como Ângela Davis, Assata Shakur e o Partido dos Panteras Negras² de inspiração marxista leninista - maoísta.

No Brasil além da influência e o intercâmbio, a militância negra e a intelectualidade comprometida com a luta antirracista experienciou uma nova fase de luta, articulada aos partidos de esquerda e os movimentos sociais no final dos anos 70.

No seio da ditadura civil-militar, a estratégia a partir da década de 1970, foi aliar os movimentos sociais e os partidos políticos de oposição, contra o capitalismo e a luta contra o racismo, pois, a avaliação do movimento negro, desde Juscelino Kubitschek até o golpe civil-militar de 1964, era de que a sociedade de classes nos marcos do capitalismo negava a mobilidade social do negro, e assim, deveria ser questionada. Foi aí que houve o surgimento de agrupamentos, como o Núcleo Negro Socialista³, organização embrionária que contribuiu na fundação do Movimento Negro Unificado – MNU. Esse movimento inaugurou o diálogo entre raça e classe nos anos 70 (SILVA et. al, 2018).

Foi com Lênin que a questão racial ganhou atenção na tradição marxista. A inserção deste debate ocorreu através da incorporação da Tese sobre a “Questão Negra”, nas resoluções do IV Congresso da III Internacional Comunista em 1922. Até então, esse reconhecimento resumia-se à ideia de que a população negra e branca eram reféns do sistema capitalista (CHADAREVIAN, 2007).

² A esse respeito, Góes e Gonçalves (2017) apontam a receptividade da Revolução Bolchevique nos Estados Unidos e os Ecos africanos da Revolução Bolchevique no artigo intitulado: “À margem de outubro: comunistas e questão racial no Brasil. Acesso em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33253>

Sobre o caráter anticapitalista e revolucionário implícito na experiência de líderes revolucionários da época, um trecho do blog “Esquerda Diário” assinala: “Assata Shakur segue o exemplo de outros negros revolucionários como Bobby Seale e Huey Newton (fundadores dos panteras Negras), Kwame Nkrumah (líder da frente de libertação de Gana e primeiro presidente de Gana), Amílcar Cabral (líder político de Guiné Bissal e da luta de Cabo Verde), Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto (líderes e importantes pensadores Angola) e Samora Machel (líder da FRELIMO que lutou pela independência de Moçambique e foi seu primeiro presidente) e reivindica o socialismo como uma saída para o povo negro”. Acesso em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Assata-Shakur-Sobre-socialismo-e-comunismos>

³ Fundado a partir do núcleo da Liga Operária na Convergência Socialista, o Núcleo Negro Socialista era uma organização trotskista, emergente em 1974, que atuava no movimento estudantil e nas lutas operárias. Já a Convergência Socialista, foi uma das correntes que fundou o Partido dos Trabalhadores na década de 1980 e anos depois o PSTU. Foi à partir desta articulação que houve uma maior incorporação de táticas e estratégias de luta contra o racismo nos partidos de esquerda.

Contudo, a morte deste líder, em 1924, desencadeou tensões e polêmicas nos congressos liderados por Stálin, pois adquiriu resistência no cerne do movimento comunista internacional. Assim, o debate teórico-político sobre a questão racial alcançou conflitos e crises no partido comunista, apesar de mantido nas suas diretrizes:

Esta resistência em aplicar as determinações teóricas e políticas de Moscou gerou, de um lado, uma crise que terminaria com a expulsão de diversos líderes dos partidos comunistas dos países em questão; de outro lado, provocou um atraso na avaliação teórica e na atuação política sobre a questão racial nesses países. O problema se manifestava especialmente naquelas regiões em que o domínio colonial já se havia consolidado desde algum tempo. Estes eram os casos da Indonésia, definitivamente subordinada ao império colonial holandês em 1830; da Argélia, colônia francesa a partir de 1833; da Índia, possessão britânica desde 1849; e dos territórios portugueses na África. De uma forma geral, a posição oficial dos PC nestes países era, no mínimo, contraditória. Contraditória com preceitos teóricos do marxismo, mas, sobretudo, com os princípios de integração à III Internacional Comunista. Evitava-se, nestes partidos, atacar o colonialismo, chegando mesmo a justificá-lo com o argumento de ‘missão civilizatória’, incluindo nesta missão o socialismo – ou seja, a independência das colônias só poderia vingar desde que liderada pelo comunismo das metrópoles (CHADAREVIAN, 2007, p. 89-90).

Assim, tensionamentos foram sentidos nas mudanças e posicionamentos sobre o colonialismo e o imperialismo em África e nas comunidades negras da diáspora. Conforme aponta Nascimento (1980), havia por trás um interesse meramente tático e partidário, ao contrário do compromisso com a luta antirracista. Além das mudanças de posicionamentos, houveram situações que desencadearam em vários descontentamentos por parte da militância negra, como o desmantelamento da Liga Contra o Imperialismo em 1934-1935, a inserção da União Soviética na Liga das Nações e sua aliança com o Reino Unido e França, o fechamento do Comitê Internacional de Sindicatos de Trabalhadores Negros. Além disso, as posições racistas nas fileiras da Internacional Comunista e o apoio da Internacional à invasão da Etiópia por Mussolini, provocou afastamentos da militância negra, como também indignações com a retomada da campanha anti-colonialista e anti-imperialista pela defesa das massas oprimidas da África e Ásia, utilizada como propaganda mediante ao pacto de não – agressão entre Hitler e Stálin em 1939, a disputa do PC pela direção do Congresso Nacional do Negro nos EUA, a Guerra do Vietnã e as acusações equivocadas aos soldados negros, como se tivessem escolhido ir voluntariamente para a guerra.

Sobre a Guerra do Vietnã, Nascimento (1980) ressalta que as posições, sobretudo de “exilados políticos latinos, demonstraram uma indiferença total aos efeitos do racismo

sobre a comunidade negra no contexto da convocação militar, e uma insensibilidade extrema à realidade do racismo nas forças armadas” (NASCIMENTO, 1980, pg.65).

Um importante elemento que tange os preceitos teóricos do marxismo, refere-se a interpretação da realidade sob um teor economicista e mecanicista do período stalinista. Os efeitos dessa análise impactou o mundo, e em especial o próprio marxismo. De acordo com Lowy (2012), uma interpretação marxista esquemática e etapista marcou a América Latina entre 1930 e 1959, e após esse período, as revoluções inspiradas em outras correntes do marxismo, à grosso modo, o castrismo, o guevarismo, o trotskismo e o maoísmo adquiriram forças. Notavelmente também se destaca em solos latino – americano a teologia da libertação, difundida pelo movimento de cristãos nos diferentes espaços populares. É fato que a crise dos partidos comunistas após 1959, as divergências e dissidências foram terreno fértil para a elevação dessas tendências.

Tomando como referência o marxismo no século XX, Hobsbawn (1989) aponta três importantes acontecimentos para a compreensão do marxismo hoje:

(...) aqueles ligados aos desdobramentos na URSS e nos outros países socialistas a partir de 1956; aqueles ligados ao que já nos anos 50 se começou a chamar (com um termo equívoco) “terceiro mundo”, particularmente a América Latina; e, por fim, aqueles ligados à impressionante e inesperada explosão de radicalismo político nos países do capitalismo industrial ao final dos anos 60, cujas premissas principais devem ser buscadas nos movimentos estudantis. Decerto, não nos propomos confrontar esses diferentes acontecimentos, a não ser pela relação que possam ter tido com a discussão marxista. Quanto a seu significado político efetivo, direto ou indireto, eles são de valor muito diferente, mas não podem ser nitidamente separados, especialmente a partir de 1960.

Para o autor, o processo de destalinização gerou desdobramentos tanto na URSS como também nos demais países socialistas após 1956. Os efeitos teórico-práticos desse processo, gerou uma onda de reformulações e revisões diante da nova situação internacional que se acirrava entre a URSS, a China, os demais Estados socialistas e sua relação com o mundo capitalista, com o “terceiro mundo” e com o próprio movimento comunista internacional que após entrar em colapso deixou de existir.

Todo esse contexto de crise redundou em novas interpretações do marxismo (e muitas vezes distante dele), cujo ascenso de uma nova esquerda intelectual, que surgia em meio a radicalidade do movimento estudantil dos anos 60 na Europa, foi a consequência máxima. E como analisa Hobsbawn (1989), não havia relação com a insatisfação econômica e de crise, pois essa emergência ocorreu no seio dos “milagres econômicos” e expansão capitalista que favorecia os estudos e carreiras estudantis. Sua diretriz teve caráter social e cultural, como nos mostra:

Se havia uma disciplina que representasse essa busca de uma crítica da sociedade em seu todo, era a sociologia, e esta, de fato, atraiu os estudantes radicais em número desproporcional, a ponto de ser identificada muitas vezes com o radicalismo da “nova esquerda”. Em segundo lugar, não obstante a ligação tradicional do marxismo com a classe operária (e, em sua versão terceiro-mundista, com os camponeses), os jovens intelectuais radicalizados eram, em virtude de seu nível de vida e de suas origens sociais, distintos, seja dos operários, seja dos camponeses, por mais que em teoria se identificassem apaixonadamente com eles. Se eram filhos da burguesia constituída, podiam no máximo “ir até o povo”, tal como populistas de última hora, ou gabarem-se dos relativamente poucos proletários, camponeses ou negros que se uniam efetivamente a seus grupos. Se eram, eles mesmos, de extração proletária, camponesa ou, mais comumente, pequeno-burguesa, sua situação e suas expectativas profissionais os levavam automaticamente para fora do contexto social de origem. Não eram mais operários ou camponeses, ou não eram mais vistos como tais por seus pais, parentes e amigos. Além disso, suas idéias políticas tendiam a ser muito mais radicais que as da grande maioria dos operários, ainda quando (como no maio francês de 1968) se viram juntos na ação militante (Hobsbawm, 1989, pg).

Apesar de expressarem uma luta considerada isolada e muitas vezes distante dos interesses da classe operária, o processo de reformulação e revisão permitiu alcançar um certo pluralismo frente a ortodoxia obrigatória que até então existia. Esse feito não ocultou os conflitos, e, ao contrário, explicitou as diferentes tendências teórico-políticas e a multiplicidade de agrupamentos e organizações, sobretudo à esquerda dos antigos partidos comunistas, que trouxe consigo diferentes combinações ideológicas como a perspectiva católica, islâmica e nacionalista, ou até mesmo um apelo a Marx ou qualquer outro marxista que sustentasse a ideologia em disputa (HOBSBAWM, 1989).

Assim, podemos compreender que a constituição de uma “nova esquerda” se deu no bojo das mudanças em curso, nos anos de 1960, tendo ganho ascensão no cerne das lutas sociais que se diferenciavam do marxismo tradicional, cujo terreno fértil foi a academia. O ressurgimento de tendências anarquistas, o fortalecimento do marxismo – maoísmo e as dissidências culturais apolíticas e até mesmo antipolíticas, foram também características em que emergiu.

No que se refere ao “terceiro mundo”⁴ pode-se dizer que, o avançar do marxismo aliado a um conjunto de acontecimentos nesses territórios, gerou atenção para as lutas de libertação dos povos em Ásia, África e América Latina.

⁴ De acordo com Hobsbawm (1989), o conceito de “terceiro mundo” não possui relação com a análise marxista. O autor considera uma expressão cômoda para distinguir os países industrializados (desenvolvidos ou de “primeiro mundo”) e em processo de industrialização capitalista (subdesenvolvido ou de “segundo mundo”), e seus governos dentre aqueles dispostos a efetivar um ou outro ou os dois sistemas. Representava também a divisão política entre EUA e URSS e seus aliados, e após os anos 60, a polarização da China e URSS, representando o primeiro, um “paladino do “terceiro – mundo”

Um amplo debate foi aberto entre os anos 50-60, e uma vasta bibliografia foi produzida pela esquerda nessas regiões, com destaque para a compreensão e publicação na década de 70. Foram gerados vários estudos da questão agrária e camponesa, o potencial revolucionário existente neste campo e a fragilidade da classe operária nessas regiões, dada as particularidades de cada formação social⁵.

É preciso considerar também, que os avanços na análise da economia capitalista em escala mundial, as particularidades internas e a divisão internacional do trabalho, oportunizaram uma ampliação da teoria marxista. Apesar disso, foi havendo um processo de debilidade e enfraquecimento dos países socialistas que saíram fracassados tempos depois. Dentre as causas o isolamento, a hegemonia capitalista estadunidense e até mesmo as lutas caracterizadas no campo da imediatidade, oponentes ao socialismo-comunismo e também um marxismo sem projeto revolucionário, destituído da classe operária.

Apesar da análise pragmática e imediatista, a “nova esquerda” ou os “novos movimentos sociais”, devem ser compreendidos como produto da complexidade em que o ser social se instituiu no mundo capitalista, e por isso, não podemos apontá-los como significantes em si mesmo (EVANGELISTA, 2002).

Ao apreendermos esse processo, identificamos que as transformações ocorridas a partir de 1950, desencadearam no âmbito acadêmico-científico e tecnológico, uma “crise de paradigmas”, cuja pós – modernidade é a expressão mais vívida. Essa perspectiva teórico-política adentrou o campo ídeo-cultural por meio das produções artísticas e científicas e desbravou continentes, chegando à realidade brasileira em fins do século XX em meio à eferescência das lutas sociais contra a autocracia burguesa brasileira.

Assim, os determinantes econômicos e políticos foram fundantes nas mudanças teórico-políticas. Além disso, o domínio interno e superestrutural dos Estados Unidos em sua dimensão militar e econômica inaugurada sobre o resto do mundo, trouxe como

revolucionário contra o bloco soviético, e, o segundo, esse novo termo se superpunha em alguma medida ao conceito de “países não-alinhados”, que rejeitavam a ligação seja com o campo político-militar dos Estados Unidos, seja com o campo da URSS. Como se podia prever, a grande maioria desses países se situava na Ásia, na África, no Caribe e na América Latina” (HOBSBAWM, 1989, pg.28-29).

⁵ Vale destacar que após a década de 1950, vigoraram vários grupos de estudos independentes no Brasil, que se dedicaram as obras de Marx. Dentre intelectuais, pesquisadores e professores que buscavam uma leitura atenta e não instrumentalizadora de suas obras, o grupo organizado em São Paulo foi considerado por Konder (1984, p. 38) como “expressão pioneira dos novos tempos (e girou) em torno de Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Fernando Novaes, Francisco Weffort e Octavio Ianni, mas contou também com [...] Michel Löwy, Ruy Fausto e Roberto Schwarz”.

consequência de sua hegemonia “sangue, tortura, morte e terror” (JAMESON, 1996, pg.31).

De acordo com Hobsbawm (1991), a “Era de Ouro” ou “os trinta anos gloriosos” significou uma fase excepcional da história do capitalismo monopolista nos países industriais, que alcançou cerca de três quartos da produção mundial e 80% das exportações manufaturadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA passou a dominar a economia do mundo, sobretudo com a continuidade e expansão dos anos da guerra, apesar do seu baixo desempenho durante os “Anos Dourados”, se comparado a outros países industriais.

Por outro lado, a ameaça da Guerra Fria e a ascensão de partidos comunistas teria sido o combustível para o avanço da economia capitalista mundial, sob financiamento de uma política americana que fez emergir o desenvolvimento em torno de si.

Ao longo dos anos de 1960, uma economia mundial e sem fronteiras definidas emergiu e ganhou cada vez mais força e extensão, até alçar crise em 1970. O compromisso fordista, como apontado por Bihl (2010), sem dúvida foi o combustível necessário para o crescimento, consolidado através da “transnacionalização”, da divisão internacional do trabalho e do financiamento externo. Nesse processo histórico, o crescimento em escala e as exportações dos países considerados de “Terceiro Mundo” para os países industriais adquiriram força.

Contudo, as consequências deste processo não sobreviveram à crise do final dos anos 60. Os desgastes sinalizaram o declínio da hegemonia dos EUA e de seu sistema monetário, assim como a diminuição da produtividade da mão de obra de diversos países.

Crescia uma nova geração em meio ao desemprego, insegurança e instabilidade de preços que tendo convivido com a fase de ouro do capitalismo, tal qual, o pleno emprego e a inflação contínua, despertou para uma realidade atípica da “Era de Ouro”, embora inevitável ao capitalismo. Como destaca Hobsbawm (1991, pg.253):

Qualquer que tenha sido a situação responsável pela “explosão mundial de salários” no fim da década de 1960 – escassez de mão de obra, crescentes esforços dos patrões para conter os salários reais, ou, como na França e na Itália, as grandes rebeliões estudantis – tudo se assentava na descoberta, feita por uma geração de trabalhadores acostumados a ter ou conseguir emprego, de que os reguladores e bem – vindos aumentos há tanto negociados por seus sindicatos eram na verdade muito menos do que se podia arrancar do mercado. Detectemos ou não um retorno à luta de classes nesse reconhecimento de realidades do mercado (como afirmaram muitos na “nova esquerda” pós 68), não há dúvida sobre a impressionante mudança de estado de espírito entre a moderação e a calma das negociações salariais antes de 1968 e os últimos anos da Era de Ouro.

O fim da “Era de Ouro” mostrou que o consenso não sobreviveu aos “longos anos 60” e trouxe consigo o colapso do sistema financeiro internacional, crises e debilidades da expansão econômica. O pleno emprego, a proteção social e a aquisição de bens de consumo estavam com seus dias contados. Nas palavras de Mandel (1986, pg.138) “a contradição entre socialização crescente do trabalho e apropriação privada” já não estavam em consonância.

Assim, uma ruptura entre o proletariado ocidental e as organizações sindicais e políticas da social democracia resultou em um novo momento das lutas e reivindicações, ancoradas na igualdade dos indivíduos, solidariedade social e incorporação de valores oriundos dos “novos movimentos sociais”, que emergiram no seio das lutas proletárias (BIHR, 2010).

Uma crise estrutural global, decorrente do capital e suas contradições, colocaram em xeque o movimento operário e seu modelo social – democrata, e com isso a fragmentação do proletariado, culminando em uma crise ecológica, de sociabilidade e cultural (BIHR, 2010).

A generalização sociológica, baseada sobretudo no pós – estruturalismo, passou a denominar a sociedade como pós-industrial, sociedade do consumo, das mídias, da informação e assim por diante, e o que tais concepções representaram de fato foi o rompimento com o capitalismo clássico e a primazia da produção industrial e da luta de classes (JAMESON, 1996).

E, o Brasil, concomitante ao seu modo de produção capitalista de caráter dependente, é tomado por tais mudanças e conviverá com o histórico paradoxo localizado no âmbito da modernização conservadora, que têm na questão agrária, questão nacional e questão democrática elementos inconclusos.

Compreendendo o capitalismo dependente como estrutural e estruturante, Fernandes (1973) aponta como o Brasil se incorporou ao mercado mundial e as estruturas internacionais, seguindo a sua peculiaridade, conforme a lei do desenvolvimento desigual e combinado:

Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e

para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (...). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (...) (Fernandes,1973, pg.20)

Como sabemos, a questão racial no Brasil é intrínseca à essa história. Apesar de não ter sido uma questão de relevante destaque nos estudos das ciências humanas e sociais até os anos 50, ela foi sendo compreendida de forma descolada de sua base estrutural e com muita influência do racismo científico e de ações eugenistas, que deixaram traços permanente em nossa realidade até os dias de hoje.

De acordo com Moura (1994), é nas sociedades modernas que o racismo encontrará roupagens científicas e servirá para justificar a dominação, através da confluência entre as doutrinas biológicas de seleção natural e sobrevivência do mais apto, para o desenvolvimento capitalista que buscava o domínio e a expansão dos territórios.

No bojo da decadência ideológica, foi sendo erguida uma ciência eurocêntrica que tinha o interesse em adquirir hegemonia para beneficiar o desenvolvimento do capitalismo, e para isso, disputavam continentes entre si. Além da disputa, o homem branco europeu era referenciado enquanto ser universal e superior, e os não-brancos eram os inferiores, primitivos, passíveis de dominação, civilidade e exploração de seus territórios.

Assim, os indígenas e os povos africanos foram compreendidos como sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória, e, portanto, legados à dominação daqueles que eram referência universal.

Essa ideologia se rearranjou à realidade brasileira que avançando no projeto de modernização do país, em fins do século XIX e início do século XX, via o negro e o indígena como a expressão do atraso, dada sua “inferioridade” e incapacidade.

A sociedade brasileira desde o escravismo foi sendo constituída sob mecanismos de dominação social e simbólicos que perduram até os dias de hoje (MOURA, 1988). A política do branqueamento⁶ foi a investida para que o país pudesse se modernizar, se tornar civilizado e participe do progresso mundial.

⁶ A política de branqueamento se caracterizou com a política de imigração com a investida financeira do governo brasileiro. Essa deve ser compreendida como um mecanismo ideológico de barragem, que dificultou o acesso da população negra ao mercado de trabalho no capitalismo, assim como teve outros direitos violados, a exemplo da Lei de Terras em 1850, modificada para não garantir o acesso da população negra na transição do escravismo para o capitalismo e manter a velha estrutura fundiária e privilégios dos fazendeiros.

Em 1911 o médico e cientista João Batista de Lacerda recebeu um convite oficial para representar o Brasil no Congresso Universal de Raças em Londres, e apresentar a sua tese sobre a miscigenação brasileira como benéfica para o branqueamento da nação. Segundo ele, em um prazo de 100 anos não existiria mais negros no país. Contudo, o que vimos até então foi a derrocada desse projeto, pois um século depois, o censo brasileiro aponta que a população negra corresponde a 54% da população brasileira.

Apesar disso, é inegável que essa política não apenas negou a população negra os espaços de trabalho, como também negligenciou o seu direito de reprodução da vida social, na medida em que foram, enquanto maioria da população, compondo uma grande franja marginalizada da sociedade.

É assim que apreendemos o racismo enquanto uma lógica de dominação, não apenas étnico-racial mas de caráter ideológico, econômico e político que, apesar de ter sido cientificamente comprovado a inexistência das diferenças de raças, permanece vivo e atuando como mecanismo de sujeição, arsenal ideológico e justificatório para dominação. Esse pensamento ideológico se reproduz notavelmente, quando a população negra busca se identificar ao máximo possível com o padrão branco europeu, negando a sua identidade e consciência étnico-racial, escamoteada pelo mito da democracia racial, e fortalecida por uma mentalidade burguesa de traço colonial que dinamiza e reestrutura o racismo, conforme as necessidades do tempo presente. Assim, vivemos em uma sociedade que têm o racismo como base estrutural e ao mesmo tempo, nega a sua existência através da ideia de democracia racial.

2.1 – A luta antirracista no Brasil

No que se refere a luta antirracista na esquerda brasileira, o Partido Comunista Brasileiro, apesar de fundado em 1922, reconheceu a questão racial em seus documentos somente na década seguinte. Até a década de 30 havia um pensamento hegemônico que não havia racismo no Brasil.

Desde 1928 a Internacional Comunista adotava a política do direito de autodeterminação dos povos indígenas e negros. Essa orientação foi a base para o PCB incidir gradualmente na luta, apesar dos passos lentos.

Chadarevian (2012, p. 258) afirma que a interpretação teórica do partido sobre a realidade econômica nacional, ao partir de uma visão etapista da evolução do capitalismo, fragilizou a análise do problema racial, conforme descreve:

Procuraremos mostrar que a crítica deficiente ao problema racial por parte do PCB está relacionada à interpretação teórica do partido para a realidade econômica nacional em um país considerado semicolonial, independente politicamente, mas subordinado ao capital estadunidense e, no plano interno, a uma classe dominante agrária feudalista. Como resultado, a economia do país se via presa a estruturas arcaicas, que impediam o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Na visão etapista da evolução do capitalismo própria ao marxismo-leninismo, isto significava que o Brasil ainda não havia realizado, à época, uma ‘revolução burguesa’, com a consequente modernização das relações salariais, da estrutura fundiária e do parque industrial. É no âmbito desta leitura particular da economia brasileira que deve ser compreendida a interpretação da questão racial pelo PCB entre 1922 e 1964. O racismo era visto, assim, como um elemento adicional que caracterizava a estrutura semifeudal prevalecente no país, na medida em que os trabalhadores negros e os indígenas estariam submetidos a um regime de trabalho arcaico, ‘escravista’, sem direito à terra nem à organização política (CHADAREVIAN, 2012, p. 258).

A inflexão do posicionamento do PCB decorreu de vários fatores, além da orientação da Internacional Comunista, como o surgimento do movimento negro urbano organizado e o desfalecimento dos debates fundados no racismo científico no Brasil, considerando o impacto do pensamento de Gilberto Freyre no pensamento social brasileiro da época.

Após 1934, ocorre o que pode ser considerado a primeira análise marxista da questão racial no Brasil, feita por Edson Carneiro, no 1º Congresso Afro-brasileiro.

Carneiro, destacado antropólogo e militante comunista, apresenta na ocasião aquela que pode ser considerada a primeira análise marxista da questão negra no Brasil. Sua intervenção no Congresso começa com uma crítica do processo de abolição da escravatura, relacionada, segundo ele, à necessidade do trabalho assalariado, que produz mais-valia absoluta, e onde a exploração do trabalhador pode ser levada ao extremo [...] (Carneiro, 1988 [1935], p. 237). No novo regime, salarial, os negros continuam sendo escravos, agora do capitalismo, e sofrem a ‘opressão racial dos homens brancos’. Os fatores desta opressão têm uma origem tanto interna quanto externa. O raciocínio acima demonstra que o autor estava bem informado sobre a política comunista para a questão negra, e chega mesmo a afirmar que a luta do negro é ao lado do operariado, e, mais especificamente, no PCB, que vinha, segundo ele, recebendo grandes contingentes de negros à época. No final da intervenção, o autor aponta o papel progressista dos comunistas para a questão negra, mencionando sua defesa ao direito de autodeterminação, e conclui afirmando que o socialismo é a melhor solução para ultrapassar o racismo (CHADAREVIAN, 2012, p. 265-266).

Buonicore (2005, p. 11) também nos mostra que houveram algumas aproximações quanto a questão racial no período, por parte de intelectuais comunistas, à exemplo de

Leôncio Basbaum que, como afirma o autor, foi o intelectual que mais se dedicou ao problema racial no Brasil. Embora seu pensamento não tenha representado oficialmente o posicionamento de seu partido, o autor assinala:

O seu livro pioneiro *A Caminho da Revolução*, publicado em 1934 com o pseudônimo Augusto Machado, possui um capítulo intitulado ‘A questão das raças e nacionalidades’, que começa assim: ‘No Brasil não há apenas o choque das classes – há também o das raças e das nacionalidades, ainda que este em muito menor importância que aquele’. Por isso seria ‘impossível tratar da Revolução operária e camponesa no país sem pensar nesses problemas’ e seria ‘um grande erro pensar que são problemas de após a revolução. Essa falsa opinião ainda vigorante mesmo em alguns membros dirigentes do PCB, convém ser vigorosamente combatida’. Lembremos que quando Basbaum escreveu este livro estava afastado, e às turras com, da direção do PCB. Assim sendo, o texto não refletia as posições oficiais deste partido – embora estivesse em sintonia com as teses da Internacional Comunista (BUONICORE, 2005, p. 11).

Apesar dos equívocos na análise, é importante destacar que as ideias marxistas que emergiam no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, vinham de forma eclética e misturadas a outras teorias estranhas à Marx. Assim, consideramos relevante destacar o processo de interpretação do marxismo em sua história, pois acreditamos ter sido um dos elementos que influenciaram diretamente a interpretação da questão racial na tradição marxista brasileira, em inícios do século XX.

De acordo com Konder (1984), havia muitas dificuldades em conhecer o pensamento de Marx, e em escala maior que na Europa, devido ao acesso direto de seus escritos e compreensão. Somente em 1922, com a fundação do PCB, foi possível criar um centro nacional de difusão do marxismo.

Somente após a década de 30 que o marxismo passou a ser difundido com mais impulso, angariando adeptos e propagandistas. Apesar disso, não houve aprofundamento sobre o pensamento de Marx e sim uma mistura e subordinação a Lênin e Stálin. Ou seja, “a discussão sobre as ideias de Marx tinha ficado atrelada, de forma empobrecedora, à discussão sobre a evolução da experiência soviética, sobre a importância universal do Estado soviético” (KONDER, 1984, p. 34).

Em 1935, a perseguição e repressão aos comunistas brasileiros e seus aliados culminou na radicalização da ofensiva antimarxista pelo Estado Novo. Por outro lado, o PCB viveria nos anos seguintes, uma série de mutações e inflexões nos seus posicionamentos teórico-políticos, até chegar às portas do golpe de 1964.

Ainda sobre o período que antecede ao golpe, destacamos a luta da Frente Negra Brasileira – FNB, que se consolidava como movimento negro de importante abrangência

no país, alcançando a média de 200 sócios-militantes entre 1931 e 1937 (PEREIRA, 2013). A FNB agregava pequenas e distintas organizações em seu interior e gerou até mesmo dissidências, com caráter democrático e socialista.

Apesar de algumas de suas tendências internas reivindicarem um nacionalismo negro e outros aspectos de cunho “assimilacionista” (PEREIRA, 2013, p. 121), a FNB agregou uma pluralidade de membros, até seu fechamento com a ditadura do Estado Novo.

Vale destacar o significado histórico, humano e político protagonizado pela FNB, que buscou denunciar o mito da democracia racial no Brasil e pôr em xeque a revolução que não atingiu a população negra. Sua luta pode ser considerada como autêntica e revolucionária, por ter reivindicado a “plena democratização da ordem republicana”, que mantinha preconceitos e privilégios raciais em seu interior (FERNANDES, 2017, p. 32).

O protesto negro, apesar de ignorado, contribuiu no fortalecimento de uma contraideologia junto a importantes aliados como a imprensa negra, os grêmios, clubes e associações negras da época, que também denunciavam o mito da democracia racial e buscavam reivindicar sua existência na sociedade capitalista.

Sobre o PCB, apesar de ter desaparecido por uma década, no período correspondente à ditadura do Estado Novo, o protagonismo de inspiração comunista das Ligas Camponesas, em 1940, e a atuação da “célula baiana” no período da ditadura, contribuíram para o retorno da militância e da intelectualidade comunista em uma fase teórica e política bastante produtiva, com destaque para lideranças como Jacob Gorender, Diógenes Arruda, Carlos Marighella, Elias Chaves Neto, Rui Facó e Jorge Amado.

A elevação da produção de estudos e pesquisas da realidade brasileira na década de 1950 somou força e denúncia contra a ideia da existência de uma democracia racial no país, conforme o pensamento oficial da época afirmava.

Pereira (2013) em sua obra sobre a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, aponta três importantes marcos da luta do movimento negro no século XX⁷. Em todos esses, a luta contra o racismo, a desigualdade racial e a denúncia da existência do mito da democracia racial são centrais.

⁷ Apesar de considerar que a luta antirracista foi inaugurada desde a vinda dos primeiros africanos escravizados no Brasil, o autor sintetiza alguns marcos dessa luta no século XX. O primeiro marco se destaca com a fundação da Frente Negra Brasileira no início do século XX. O segundo marco da luta antirracista decorre da criação do TEN - Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento na década de 40. E o terceiro marco se desenha pela reorganização do movimento negro numa perspectiva de transformação social e anticapitalista, no final da década de 1970.

No aspecto político-econômico, a hegemonia imperialista estadunidense, ao se articular cada vez mais à autocracia burguesa brasileira no processo desenvolvimentista, só fez aprofundar a dependência do capitalismo brasileiro, enquanto os países hegemônicos se nutriam dessa relação e vivenciavam a era fordista/keynesiana.

Enquanto isso, o Brasil, que não protagonizou uma revolução burguesa como na história, mas forjou os processos democráticos para os seus interesses, foi se constituindo como uma sociedade nacional de “mentalidade burguesa”, enraizada em uma forma dissimulada de implementação jurídico-política distante dos preceitos efetivamente democráticos (FERNANDES, 1988). Essa construção trouxe como consequência a permanência de relações autoritárias e de privilégios históricos, ao passo do favor, obediência e clientelismo estabelecido para com a classe trabalhadora, que conviverá com uma cidadania restrita e seus direitos democráticos permanentemente ameaçados e solapados. Para a população negra, uma democracia ainda mais distante e inconclusa, que se mantém há mais de 130 anos.

Como Netto (2011) irá mostrar, o regime autocrático burguês provocou significativos processos de oposição e resistência no Brasil. Com o agravante retrocesso e aprofundamento da crise no plano político-econômico e da vida social e cultural, novas reflexões críticas foram emergindo após os anos 80 e inaugurando no plano educacional, “um novo pensamento social de oposição, explicitamente reclamando-se de esquerda” (NETTO, 2011 p.103).

Mas, essa inspiração de esquerda em sua diversidade expressou também um novo irracionalismo, vinculado a perspectiva revolucionária, que formou um antielitismo, antiautoritarismo e anticolonialismo cultural, sobretudo na nova geração de intelectuais que, através de uma inversão, adequaram “a razão como instrumento de dominação (onde) os parâmetros da racionalidade (foram) assimilados a componentes do poder (burguês) e, pois, desqualificados como vetores de libertação” (NETTO, 2011, p.105).

É justamente no seio desse período histórico que houve o ascenso dos “novos” movimentos sociais. Esses, ganharam destaques com a efervescência das lutas desencadeadas no período da ditadura militar e abertura democrática, mas, alguns, ao adquirir influência pós – moderna, tornaram-se alternativos e/ou complementares à luta dos movimentos sociais tradicionais e organizações partidárias de esquerda (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Como sabemos, a luta do movimento negro apesar de progressista, é também influenciada pela perspectiva pós – moderna. Apesar disso, alguns setores do movimento negro avançou em uma luta mais combativa, cuja militância negra organizada em partidos de esquerda – ou não - vêm incidindo na luta de classes, resistindo e denunciando as retiradas de direitos sociais da classe trabalhadora e ameaça às liberdades democráticas. Portanto, é preciso esclarecer e aprofundar esse campo de análise, pois como sinalizamos, frequentemente a luta antirracista é reduzida a uma luta identitária e descolada da luta de classes.

Além disso, é preciso considerar também a complexidade nas formas de organização do ativismo negro, que percorre desde o campo religioso, cultural e educacional, até o sindical e político-partidário. Também destacar os dados estatísticos sobre a condição da população negra no Brasil, pois além de serem a maior população, possuem os mais baixos salários, trabalhos precarizados e muitas vezes sem vínculo empregatício, menor taxa de escolaridade, alto índice de desemprego e assim por diante. Isso nos leva a refletir sobre as formas tradicionais da luta de classes, e, em que medida conseguem responder e mobilizar a militância negra para a luta anticapitalista.

Diante das reflexões apresentadas até aqui, acreditamos que o fundamento de tais problemáticas é anterior ao “maio de 68”, mas há também a necessidade de refletir sobre esse marco, como um elemento que desencadeou na chamada “nova esquerda”. E com isso, pensar a luta antirracista na esquerda brasileira, pois foi no meio desse terreno histórico que houve o encontro e o diálogo mais incisivo entre a luta de raça e classe, e a incorporação de uma programática crítica ao racismo – como elemento estrutural e estruturante das relações capitalista - na agenda nacional.

Como vimos, a luta antirracista é histórica na realidade brasileira e sempre buscou denunciar o racismo e o mito da democracia racial. Essa luta (do movimento negro) não nasceu de uma perspectiva revolucionária clássica, mas reivindicando a sua própria existência, e, quando se articulou a esse projeto, experienciou encontros, desencontros e desgastes nessa relação, seja na década de 30 com o PCB ou na década de 80 com o PT e seu projeto democrático-popular.

De acordo com Leitão (2016), as expectativas que se abriram (entre os anos 70 e 80), impulsionaram os militantes de esquerda, inclusive dos movimentos sociais como o movimento negro, a se incorporarem em grande número nas organizações partidárias. Dentre essas expectativas estava a possibilidade de disputa concreta dos espaços políticos institucionalizados, visando incidir sobre as pautas do movimento. Dessa forma, ocorreu

um ingresso significativo de lideranças negras nos partidos políticos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores, que pode ser considerado o aglutinador de setores do movimento negro.

Contudo, a relação das esquerdas com a questão racial, segundo Santos (2001), era estabelecida de forma secundarizada e até demagógica, embora houvesse a defesa da população negra e a proposta de superação do racismo em algumas fileiras do pensamento marxista, e mesmo a incorporação da luta antirracista nos documentos e programas partidários.

Com o passar dos anos, importantes quadros da militância negra romperam com as organizações político-partidárias de esquerda e seguiram um ativismo alternativo, sobretudo em uma nova conjuntura que institucionalizou a luta política e os direitos sociais, em meio à ofensiva neoliberal na década de 1990.

Muitas lideranças negras passaram a realizar seu ativismo político de maneira alternativa, pontual e até mesmo com a nova modalidade de reivindicação ancorada no terceiro setor. Dentre os motivos, a secundarização das pautas raciais, a falta de posições estratégicas e efetivas para a luta antirracista, o discurso genérico dos setores da esquerda sobre os trabalhadores e as suas condições desiguais, e a falta de atenção sobre a temática, situada apenas no campo da militância negra foram alguns dos apontamentos de tais lideranças (SOARES, 2012).

No debate contemporâneo, organizado nos marcos do Partido dos Trabalhadores no ano de 2001, com a contribuição dos militantes Octávio Ianni, Benedita da Silva e Gevanilda Santos na discussão sobre raça, classe e socialismo no interior do partido, Octávio Ianni (2001, pg13.) irá dizer que a questão social é o “fermento mais importante da sociedade brasileira, de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes” e que o negro tem parte fundamental e decisiva desde a gênese da questão social, bem como na eliminação do trabalho escravizado e na luta de classes.

Também é importante ressaltar a contribuição de Benedita da Silva (2001, pg.16) para o debate contemporâneo, pois conforme afirma a autora, as questões de classes sociais estão dialeticamente ligadas às questões raciais, sendo por isso necessário rediscutir a relação capital e trabalho com recorte racial, de modo a priorizar a incorporação da pauta racial na esquerda brasileira, para a construção do socialismo.

A autora também revela seu descontentamento à época, tendo em vista a discriminação da questão racial na direita e na esquerda. A direita por acreditar, ou se fazer acreditar no mito da democracia racial, e a esquerda, por querer o fim do capitalismo, mas apenas pelo viés classista colocado, ou seja, sem dar muita atenção as relações de exploração e opressão aí interligadas.

Apesar das contradições que marcaram os governos do PT, a abertura do diálogo e a incorporação das pautas do movimento negro em agenda nacional, trouxeram importantes avanços para a luta antirracista, embora a permanência e o aprofundamento da desigualdade racial, a violência e o genocídio da população negra.

Por outro lado, a luta antirracista também ganhou novos contornos, sobretudo no interior das organizações político – partidárias, dissidentes do PT e de vanguarda revolucionária, que vêm buscando avançar no debate e incorporação das pautas raciais na luta contra o capitalismo. Hoje temos o desafio de identificar essa luta diante do contexto de barbárie e militarização da vida, que têm demandado ações pontuais e emergenciais do movimento negro, em especial dos agrupamentos e coletivos, diante das situações que vêm vitimando corpos negros. O grande desafio gira em torno da unificação das lutas entre movimentos sociais e organizações partidárias de esquerda.

3 - Conclusão

Apesar de significativa, é importante dizer que a história e o diálogo da luta antirracista com a luta de classes, revela o atraso, equívocos e tensionamentos que ainda não foram superados, impondo inúmeros desafios à luta contemporânea, sobretudo às organizações partidárias de esquerda que começaram a incorporar com maior vigor a pauta racial em seus documentos e resoluções à partir dos anos 80.

O protagonismo da militância negra no campo da esquerda político – partidária foi fundamental para essa incorporação e o fortalecimento da luta antirracista em âmbito nacional. Contudo, há inúmeras indagações acerca das táticas e estratégias utilizadas por tais organizações, que podemos compreender estar relacionada à própria diversidade da interpretação marxista e as polêmicas em torno da compreensão da questão racial reduzida à mera questão identitária.

Abreu (2008, pg.30) nos ajuda compreender que a identidade é uma constituição particular e histórica, “de relações sociais formalmente privadas de seus nexos com a complexa totalidade histórico – social que as envolve”. Situadas no campo do liberalismo burguês, podemos apreender que identidade e/ou diferença expressam as carências

instituídas no âmbito da vida social, que são atomizadas para o campo das carências de natureza individual – privada, ou seja, para a esfera particular e imediata, sob responsabilidade pessoal de satisfações de suas necessidades sem a possibilidade de intercâmbio social entre os homens.

Compreendendo que essas contradições são produtos da sociedade burguesa, a apreensão do homem em sua totalidade, ou seja, em sua capacidade humano – genérica, convive com o grande desafio que é enfrentar o estranhamento de sua inteireza diante das situações de exploração e opressão que estão submetidos, e sob as diferenças de classe social, sexo, raça/etnia e território, que se intensifica, hierarquiza, viola e vitimiza esses subgrupos, relegando-os a sua própria sorte. Seu cerne, portanto, está fundamentado na divisão social do trabalho.

Portanto, compreender o racismo como estrutural e estruturante e o significado da luta antirracista e anticapitalista é um desafio a ser consolidado, afinal, tornar-se negro/a no Brasil significa romper com a lógica imposta pelo mito da democracia racial. E como assinala Silva (2016):

Isto significa, em algum nível, um salto na consciência, uma ruptura com a lógica do sistema, porque ele/ela sabe, por experiência própria, que pode estar abrindo mão de “privilégios” ou que, no mínimo, isto aumentará seus conflitos com a sociedade (...). (...) Ao tomar essa “decisão”, conscientemente ou não, como já afirmamos, este indivíduo dá as costas para os padrões da classe dominante e volta-se em direção aos explorados e oprimidos. Por isso, dizemos que não é só uma questão de identidade (como querem os pós-modernos e racialistas). É uma questão de raça e, conseqüentemente, também de classe (SILVA, 2016, pg. 115-116).

4 – Referências Bibliográficas

ABREU, H. **Para além dos Direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise**. BRANT, W. C. (tradução). 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAZ, M. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BUONICORE, A. C. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. 2005. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES_SOBRE_O_MARXISMO_E_A_QUESTAO_RACIAL.pdf. Acesso em 13 de março de 2018.

CHADAREVIAN, P. C. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial**. In: Crítica Marxista. N.24, Campinas, 2007.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós – moderno**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

HOBBSAWM, E. **A era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1919**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “O marxismo hoje: um balanço aberto” In HOBBSAWM, E. **História do Marxismo**. Vol XI. São Paulo, PAZ E TERRA, 1989.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1996.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LYOTARD, J. F. **A condição pós – moderna**. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

LÖWY, M. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. LÖWY, M. (org.). SCHILLING, C.; BORGES, L. C. (tradutores). 3 ed., ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. MATOS, C. E. S.; ANDRADE, R. C. A.; AZEVEDO, D. A. A. (tradução). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant’anna. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2V.: 966 p.

MATTOS, M. B. **A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões**. In: Marx e o Marxismo, vol.6, n.11, Niterói: Universidade Federal Fluminenses, jul/dez 2018.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, E. L. **Pan – Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

SANTOS, G. A luta contra o racismo na esquerda brasileira. In: IANNI, O. [et.al.]. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, W. H. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Sundermann, 2016.

SILVA, B. da. Comentários. In: IANNI, O. [et.al.]. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. Coleção Socialismo em discussão.

SILVA, S.R.V. A Questão Racial, a Tradição Marxista e a Luta Antirracista no Brasil. In: **Universidade e Sociedade**, n.62 – Edição Especial, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, p.30-44, 2018.

SOARES, C. G. Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda. **Política e Sociedade**, Florianópolis, vol.11, n. 22, p. 41- 74, 2012.